



**ATA 19/2021 - SESSÃO ORDINÁRIA**

**Ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e um de junho de 2021, às dezenove horas, virtualmente.**

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, realizou-se sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos de forma virtual, presidida pelo senhor Vereador Sérgio Alexandri, com a presença dos senhores Vereadores **ADILSON LAVALL, ANDRÉ LUCHETTA, DAMIANA SALETE CORREA MENDES, ENIO LUIZ WITTMANN, GILMAR DUTRA RIBEIRO, GUSTAVO PEGORINI HOLLERWEGER, HÉLIO MÜLLER, RAMIRO FRANCISCO MARSARO e SÉRGIO ALEXANDRI**. Abrindo a sessão, o Presidente, nas **Leituras Diversas**, solicitou a leitura do Ofício da CUP que solicita a retirada do Projeto de Lei 046/2021. Nos **Ofícios recebidos do Prefeito Municipal**, solicitou a leitura dos Ofícios 216 e 231/2021. Nos **Expedientes apresentados por Vereadores** solicitou a leitura da Indicação 09/2021, do Vereador Gustavo Pegorini Hollerweger; do Pedido de Informação 11/2021, do Vereador Sérgio Alexandri; do Pedido de Informação 13/2021, do Vereador Hélio Müller e do Pedido de Informação 14/2021, do Vereador Sérgio Alexandri. Na **Matéria em Regime Normal**, o Presidente solicitou a leitura do Ofício 215/2021, que encaminha o Projeto de Lei 048/2021. Após a leitura, colocou o regime normal em votação. Aprovado por unanimidade. Na **Matéria em Discussão Única**, com a concordância do plenário, solicitou a leitura somente do Parecer 49/2021 da CUP sobre o Projeto de Lei 047/2021. Após a leitura, registrou que o Presidente e o Membro da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] Esse Projeto, ele é de extrema importância para o nosso Município, um Projeto que foi discutido pela CUP, pelo Vereador Gustavo, pelo Vereador Gilmar e eu, aonde conversamos juntamente com o Executivo a respeito disso, pela importância da conscientização com relação à educação fiscal. É um trabalho que a Administração Municipal vem buscar através da aprovação deste Projeto junto com a comunidade marcelinense e é importante a gente começar a fazer esse trabalho junto com a comunidade, embora que já tivemos, no Município, em períodos passados, um trabalho nesse sentido também e a gente sabe que se colheu frutos sobre isso, porque precisamos melhorar a nossa arrecadação a nível de Município. É importante trabalharmos com o que a gente tem na mão e a arrecadação municipal é uma ferramenta que se tem na mão através da educação fiscal, a educação fiscal, ela é possibilitada a ser trabalhada principalmente na questão das escolas municipais, nas escolas estaduais, através da Secretaria, principalmente, da Educação, aonde que através dos alunos, se começa a conscientização para que levem até suas casas a importância de se emitir a nota fiscal, a importância de que, no futuro, se bote na conscientização dessas crianças e adolescentes de se emitir uma nota fiscal para se ter uma melhor educação, uma melhor infraestrutura, uma melhor saúde e assim, consequentemente, um melhor atendimento à população. A educação fiscal não passa somente também pela área da educação, mas sim na área da agricultura, é importante se fazer educação fiscal em diversas áreas, e a agricultura é uma delas também, é importante fazer educação fiscal com os nossos agricultores para que o nosso agricultor tenha consciência de que é importante emitir a nota fiscal para que se possa, o Município, arrecadar mais e, consequentemente, possa ter uma estrada de melhor qualidade, ter um programa agrícola que possa chegar até a sua propriedade, melhorar a sua renda. É importante fazer educação fiscal junto com os comerciantes aqui da nossa cidade, importante fazer educação fiscal com os comerciantes da área urbana da nossa cidade e do Balneário, para que a gente possa ter uma infraestrutura ainda melhor para atrair turistas, uma infraestrutura ainda melhor de aspecto visual da nossa cidade e, consequentemente, um melhor investimento. Nós sabemos que os municípios que nos rodeiam aqui da nossa região, eles têm uma arrecadação significativa, parecida com a nossa, ou



talvez um pouquinho melhor, mas nós podemos melhorar a nossa arrecadação através da educação fiscal, que é uma das ferramentas. Várias ações precisam ser feitas para melhorar a arrecadação municipal e uma delas é a educação fiscal, por isso que este Projeto vem a esta Casa, através do Executivo Municipal, para que se comece a trabalhar a educação fiscal. Ele será feito através, principalmente, pelas Secretarias Municipais, mas claro que também precisa ter o engajamento das entidades municipais, entidades que a gente fala são entidades bancárias, associações, Emater, sindicatos, enfim, precisa ter um engajamento para que isso esteja ativo a nível municipal para que a nossa população tenha a conscientização da emissão da nota fiscal e, consequentemente, o retorno que isso traz para cada um de nós. Seria isso, senhor Presidente". Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado pro unanimidade. Na **Materia em Segunda Discussão e Votação**, o Presidente solicitou a leitura somente do Parecer 44/2021 sobre o Projeto de Lei 042/2021. Após a leitura, registrou que o Presidente e o Membro da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] A gente já discutiu esse Projeto na sessão passada, na outra, é muito importante esse Projeto para nós porque nós temos nesse período de 2014 a 2018 em torno de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para receber do governo do Estado e nós estávamos vendo agora com o (houve falha na transmissão da fala do Vereador). Eu vou deixar talvez o Gustavo ou de repente o Du faz a relatoria, então". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** disse: "- Esse Projeto, colegas Vereadores, como colocou o colega Enio, nós já discutimos ele na sessão anterior. Nada mais é do que um meio do Estado compensar o nosso Município referente a valores que o Estado não repassou para o Município a título de verbas obrigatórias, então o nosso pedido é de apoio ao Projeto, veio para a Casa uma relação de imóveis que o Estado tem aqui em nosso Município e, diante disso, pedimos aí apoio e entendo eu que o Projeto vem aí ao interesse do nosso Município e uma maneira do Município poder receber, transformar em dinheiro ou ter um bem no seu patrimônio através desse recebimento aí de um bem do Estado. Então nós pedimos aí a todos o apoio nesse Projeto". O Vereador **Hélio Müller** disse: "- [...] Com relação aos esclarecimentos das origens, da média de valor, os prazos, isso a gente já havia discutido antes e a preocupação foi, inclusive foram feitas algumas explicações no dia em que nós fizemos essa discussão, a preocupação foi em quais bens ou patrimônio que o Estado estaria disponibilizando e quais seriam de interesse do nosso Município de Marcelino. Para isso nós discutimos e ficou de buscar também uma resposta do Executivo Municipal até para entendimento desta Casa, para as perguntas que estão vindo da comunidade para nós, quero cientificar os demais colegas também que fui procurado por várias pessoas, tanto do interior quanto da cidade que têm terrenos e prédios públicos pedindo se o Município ia vender, pedindo se o Município ia disponibilizar as estruturas para um tipo de atividade pública, para algum tipo de atividade de incentivo, no caso, por exemplo, se for um terreno maior, só um terreno para incentivo a pequenas indústrias, grandes indústrias, área industrial, enfim, então para esclarecer melhor não somente a questão do nosso voto, nós sabemos que temos que receber esse dinheiro de volta, que é um dinheiro de direito do Município, é um recurso que está em aberto, que era um recurso para ser destinado, daqui a pouco, em novos programas, outras ações, quebra a saúde da nossa população de Marcelino Ramos, mas ela é importante para o nosso conhecimento, para nós, daqui a pouco, não só estar recebendo isso, aceitando isso, mas ter o conhecimento de qual seria o patrimônio, o interesse do Município, evidentemente que vai ter o trâmite para isso, que o Município estaria recebendo do Estado para a dação em pagamento com relação às dívidas, então acho que isso que eu gostaria de ouvir um pouco mais da CUP para nós darmos sequência no debate que está em pauta. Seria isso, obrigado". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro**, por questão de ordem, disse: "- O colega Hélio, ele pediu que a CUP informasse eles qual é o bem que seria, como é que seria tomada essa destinação de recursos, o que nós fizemos foi pedir para o Executivo uma relação com os bens que o Estado tem aqui em nosso Município e aí vai ficar a critério do Poder Executivo aí analisar quais são os bens que podem chegar a esses valores e aí fazer o trâmite, creio eu que deverá novamente passar por esta Casa Legislativa aí esse novo Projeto para que esses bens venham para o Município. É óbvia a importância da preocupação, mas o Município já gastou esse recurso, recursos próprios deles e é uma



função do governo do Estado repassar e não repassou e o Município teve, ainda no governo anterior, que fazer o uso desse dinheiro, de repente deixando de investir em vários segmentos aqui do nosso Município para cobrir aí o furo do Estado. Eu também acho importante que o Município, se vender, abrir esse recurso, já que já foi gasto e suportado pelo Município os custos, se o Município vier a vender algum desses patrimônios, ele realmente possa investir aí em outros campos produtivos do Município, na agricultura, na aquisição de um espaço para área industrial para que esse recurso não seja, assim, gasto, de repente, de uma maneira que o bem vem para o Município, sai, o dinheiro entra e não fica nada de positivo para o Município. Então, com relação à pergunta do Hélio, eu entendo que, no futuro, o Município vai poder avaliar qual é que é o bem que ele quer, se é um ou mais e aí de repente passa de novo por esta Casa como fazer o investimento desse recurso aí, mas eu quero dizer que nada, assim, definido, ainda, qual é que é o bem". O Vereador **André Luchetta** disse: "- [...] Foi feito, na reunião passada, um pedido da relação desses bens e hoje temos em mãos essa relação e acredito que, sim, acho que antes de ser feita qualquer coisa com esses bens a partir do recebimento, esta Casa deverá ser científica, notificada para a gente saber o que é que vai ser feito, qual é o destino que vai ser dado a cada bem que for recebido, é muito importante isso, isso não é só para nós, Vereadores, mas de interesse de toda a comunidade, então sim, aqui está sendo aprovado o recebimento desses bens pelo Município e depois sim a gente tem que estar ciente, todos nós, do que vai ser feito, qual é o destino que vai ser dado para cada bem desse que vai ser recebido, então esperamos que isso seja feito e que venha para esta Casa se algum bem vai ser vendido, se vai ser ocupado, para que é que vai ser ocupado, valores e tudo mais. Era isso, senhor Presidente". Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado pro unanimidade em segunda votação. O Presidente colocou em votação a Ata 18/2021, da sessão ordinária realizada no dia sete de junho de 2021. Aprovada por unanimidade. O Presidente deixou espaço para Considerações Finais. A Vereadora **Damiana Salete Correa Mendes** disse: "- [...] Eu só gostaria de ressaltar, mais uma vez, a situação difícil que está vivendo o nosso Município na questão do coronavírus, antes o senhor falou, no começo da reunião, eu estive no posto hoje de tarde, realmente a situação está cada vez avançando mais e mais, então pedir a colaboração de todos, cada vez mais, para que tomem cuidado, para que evitem aglomeração mais uma vez. Seria isso, muito obrigado". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** disse: "- Dois assuntos, bem rapidinho, senhor Presidente: nós discutimos aí, durante a semana passada, a possibilidade de nós fazermos uma revisão do nosso Regimento Interno, então tem essa questão do Regimento Interno e tem também a questão das Frentes Parlamentares, inclusive na última sessão foi aprovado aí o Projeto de Resolução 03/2021, da Mesa Diretora, no sentido da criação de Frentes Parlamentares. Eu fiz um Requerimento, já faz umas reuniões atrás, pedindo a criação da Frente Parlamentar do Esporte, de apoio ao esporte, então eu queria, senhor Presidente, pedir nesse momento que, nessa semana agora, que inicia, fosse dado um encaminhamento tanto na criação da Comissão para rever o nosso Regimento Interno como também os colegas aí, ou Vossa Excelência convocasse os colegas ou partidos para que cada partido pudesse indicar um nome para compor a Frente de apoio ao Esporte para que nós possamos, enfim, colocá-la em ação e fazer com que ela possa, aí, efetivamente fazer algo pelo esporte aqui em nosso Município. Obrigado". O Presidente colocou o requerimento de criação da Comissão de Revisão do Regimento Interno e Lei Orgânica em votação. Aprovado por unanimidade, tendo os Vereadores Gustavo Pegorini Hollerweger e André Luchetta se prontificado a auxiliar nos trabalhos. O Vereador **Hélio Müller** disse: "- Bem rapidinho, para registro, a preocupação no sentido de, enquanto coordenador, líder de governo e a Mesa Diretora de, junto ao Executivo, como estão sendo feitos os cadastros das emendas parlamentares, não falo só, assim, buscando a nossa bancada, os Deputados do nosso partido, mas todas elas eu sei que têm prazo, sei que o Município também está envolvido nisso, mas de fato de nós termos, garantirmos esses prazos, porque são recursos que vêm para cá para nós conseguirmos aí, de fato, botar nos lugares que são necessários ou apontados das próprias emendas dos próprios Vereadores. Outra questão, senhor Presidente, eu sei que é um tema bastante... que veio da comunidade, de bastante tempo, é com relação ao futuro matadouro municipal. Levar junto ao Executivo, trazer informações de como o



Executivo, junto com a Secretaria de Agricultura está envolvendo as comunidades, o comércio local que depende de toda essa estrutura que a gente sabe que nos últimos tempos, em virtude da pandemia, o pessoal enfrentou muita dificuldade na questão de carnear gado, na questão de aquisição de carnes no interior, na cidade, as pessoas que precisam daqui para fora, então como o Município está fazendo isso em tempo hábil, evidentemente eu sei que tem prazo para fazer isso para que também nós, daqui a pouco, não percamos recursos por causa de prazo e por causa de envolvimento, acredito que é de interesse de toda a comunidade, o Poder Público é o mentor do Projeto, mas toda a comunidade, como estão sendo evolvidos comunidade, comércio local, as pessoas interessadas diretamente com relação a esse abatedouro municipal, matadouro, melhor dizendo, que eu sei que está também em andamento mas tem prazos igual aos demais para ser cumprido, isso aqui é um projeto um pouco mais antigo, então só deixar registrada a preocupação e que precisaria transmitir ou buscar até mesmo essas informações, para nós é importante e acredito que para a nossa comunidade também. Obrigado". O Vereador Ramiro Francisco Marsaro colocou-se à disposição para participar da Frente Parlamentar do Esporte. O Vereador **André Luchetta** disse: " - [...] Sabendo-se dessa situação em que anda o Município aí com a situação do COVID aí e a gente nota, ouve nas redes sociais aí, a própria Rádio, rádios de Erechim anunciando aí que a Brigada Militar, no sábado à noite, fez uma interferência em uma localidade que tinha 20 (vinte) pessoas. Eu acho que a comunidade marcelinense está na hora de se situar aí, vamos esperar um pouco para fazer essa festa, para fazer essa aglomeração aí, muitos casos estão acontecendo aqui na cidade, hoje mesmo, como a colega Dami falou, o posto de saúde recebeu mais um monte de casos aí, gente, eu acho que não tem culpa de governo nenhum isso aí, a culpa está sendo da população, a população não está sendo consciente do que está acontecendo e o caso é grave, é grave para todos nós. Era isso, senhor Presidente". O Presidente realizou a leitura do Artigo 188 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores e, em seguida, questionou o plenário sobre a concordância com a convocação dos Secretários Municipais de Agricultura e Saúde para prestarem esclarecimentos atinentes às respectivas pastas. O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** disse: " - Sobre o Secretário de Agricultura favorável e eu gostaria de saber o porquê da Secretaria de Saúde, o porquê da convocação dela, só para eu entender...". O Presidente **Sérgio Alexandri** disse: " - Não posso anunciar para Vossa Excelências, mas temos Vereadores que têm questionamentos a fazer à mesma, temos que estudar depois, chamar ela e ver o que é que os Vereadores querem". O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** respondeu: " - O que eu acho: nós teríamos que saber o porquê da convocação dela, entendeu?! Para votação... a do Secretário de Agricultura até entendo, foi questionado e falado sobre o matadouro, mas a Secretaria de Saúde teria que ter um embasamento, não só chamar 'ah, queremos conversar', entendeu? É preciso embasamento para chamar ela". O Vereador **Hélio Müller** disse: " - Senhor Presidente, eu sou favorável, eu acho que vem em momento oportuno, porque o Decreto também facilita que seja presencial, porque a gente depende de um tempo maior né, acredito que, no mínimo meia hora cada Secretaria para nós discutirmos. O motivo entre eles está aqui a resposta do Executivo Municipal, eles estão fazendo os procedimentos conforme as normas do Ministério, isso aqui não explica nada os detalhes que a gente quer saber, do dia a dia, da população, e acredito que... eu sei que nos deram liberdade, posso conversar com a Isabel, qualquer Vereador pode ir, a comunidade, mas acredito que, para nós, que somos representantes, ouvindo as demandas todos os dias e para esclarecermos de uma forma em conjunto e nós falarmos em uma língua só, inclusive em defesa do próprio Executivo, são coisas que facilitam mais, eu sempre defendi o diálogo, a transparência e nós conversarmos juntos para esclarecermos alguns fatos em conjunto, senão fica no 'diz que diz que', toma posições diferentes, daí fica ruim. Eu acho que é um direito que está amparado e as respostas vieram, ofício tal conforme cronograma do Ministério da Saúde...". O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** respondeu: " - Sobre o cronograma, senhor Vereador Hélio, a gente consegue ter esse acesso via internet, é simples, é um cronograma nacional que vem para o Estado e o Estado passa para os municípios e o Estado passa para a Secretaria Municipal, então eu acredito, do meu ponto de vista, [...] olhando na internet você vai conseguir ter acesso a esse cronograma. Obrigado". O Presidente questionou o Vereador Gustavo acerca da concordância ou não com a convocação, ao que o Vereador respondeu: " - Diante desse



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

embasamento, eu não vejo cabimento de chamar a Secretaria de Saúde para esse tipo de ocasião". O Vereador foi interrompido pela Presidência em razão do tempo disponível restante para a reunião virtual. Concordaram com ambas as convocações os Vereadores Adilson Lavall, André Luchetta, Damiana Salete Correa Mendes, Enio Luiz Wittmann, Gilmar Dutra Ribeiro e Hélio Müller. O Vereador Ramiro Francisco Marsaro se absteve de votar com relação à convocação da Secretaria de Saúde. O Vereador Gustavo Pegorini Hollerweger posicionou-se contrariamente à convocação da Secretaria de Saúde. O Presidente informou, então, que analisaria como procederia com relação ao assunto. Não havendo mais assunto a ser tratado, o Presidente convocou os Vereadores para a sessão ordinária do dia cinco de julho de 2021 e deu por encerrados os trabalhos da sessão ordinária do dia 21 (vinte e um) de junho de 2021.

**SÉRGIO ALEXANDRI**  
Presidente

**ANDRÉ LUCHETTA**  
Vice-Presidente

**RAMIRO F. MARSARO**  
Secretário